**O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NAS ESCOLAS PÚBLICAS COM ENFOQUE NAS SÉRIES INICIAIS**

**THE TEACHING OF THE ENGLISH LANGUAGE IN PUBLIC SCHOOLS FOCUSING ON THE INITIAL SERIES**

Elizabeth Ferreira Campos Barbosa[[1]](#footnote-1)

Juliana Behrends de Souza[[2]](#footnote-2)

**RESUMO**

O presente estudo tem por objetivo discutir a importância de se ensinar a Língua Inglesa, nas escolas da rede pública no Brasil a partir das séries iniciais, do Ensino Fundamental, no momento da alfabetização. Isto porque, o que instigou a realização dessa pesquisa, consiste na ausência do ensino de língua inglesa desde a infância. Diante disto, impõe-se o seguinte questionamento: Por que a língua inglesa não é ensinada desde as séries iniciais? Para o desenvolvimento deste artigo, valeu-se do método qualitativo, cuja pesquisa bibliográfica sobre a temática abordada, conta com pesquisadores e teóricos e demais documentos que têm norteado os trabalhos para o ensino de língua estrangeira no país, entre eles: a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). Ao final, conclui-se que Políticas Públicas devem ser criadas com o intuito de amenizar os desafios enfrentados pelo ensino da Língua Inglesa nas escolas públicas brasileiras, de modo que este componente curricular, seja ofertado também a partir dos primeiros contatos com a educação formal, momento em que há uma maior predisposição para aprendizagem por parte das crianças.

**Palavras-Chave**: Língua Inglesa; Séries iniciais do Ensino Fundamental; Contexto.

**ABSTRACT**

The present study aims to discuss the importance of teaching the English language in public schools in Brazil from the initial grades of Elementary School, at the time of literacy. This is because what instigated this research is the absence of teaching English since childhood. In the face of this, the following question is imposed: Why is the English language not taught from the initial grades? For the development of this article, the qualitative method was used, whose bibliographic research on the subject addressed, has researchers and theorists and other documents that have guided the work for the teaching of foreign language in the country, among them: the LDB (Law of Guidelines and Bases), the PCNs (National Curriculum Parameters). In the end, it is concluded that Public Policies should be created in order to alleviate the challenges faced by the teaching of English in Brazilian public schools, so that this curricular component is also offered from the first contacts with formal education, when there is a greater predisposition for learning on the part of children.

**Key words**: English Language. Initial grades of Elementary School. Context.

**INTRODUÇÃO**

A disciplina de Língua Inglesa tem uma função de real utilidade, pois é a terceira língua em que se tem mais falante no mundo e mais empregada na rede mundial de computadores, colocando-a como instrumento de inclusão social e ferramenta de comunicação entre as pessoas.

Nesta perspectiva, a discussão proposta neste artigo tem relação com a importância de se incluir o ensino de Língua Inglesa a partir dos primeiros contatos com a educação escolar, antes mesmo de iniciar o Ensino Fundamental II, como tem sempre visto nas escolas públicas brasileiras. Deve-se assim, iniciar com o Ensino Fundamental I, momento em que a criança está totalmente predisposta a aprendizagem. Pois é uma fase em que o aprendiz não teme os erros e realiza as atividades propostas com mais naturalidade e espontaneidade.

Nesta conjuntura, estudos têm mostrado que quanto mais se expõe o aprendiz a um segundo idioma, maior será a aprendizagem. E, diante desta constatação impõe-se o seguinte questionamento: Por que a língua inglesa não é ensinada desde as séries iniciais?

Neste sentido, apresenta-se a justificativa dada ao tema, sua pertinência social e acadêmica, vez que saber inglês passa a ser imperativo, pois o mundo tecnológico invadiu os espaços sociais em que demanda noções da língua inglesa para gerir essas ferramentas inerentes a era digital, impostas pela atualidade. Por esse motivo, torna-se pertinente começar a estudar este idioma a partir da infância.

Para melhor discutir a temática, optou-se pela pesquisa bibliográfica, que visa analisar as informações obtidas em livros e artigos acadêmicos disponibilizados na Internet. Dessa maneira, a pesquisa realizada foi de cunho qualitativo, onde se dispensa o uso de técnicas estatísticas, já que seu principal objetivo é registrar fatos e consequentemente, descrevê-los.

Os materiais que compõem o acervo da temática discutida, cujos pesquisadores e teóricos estão: Oliveira (1999), Barros (2017), Leffa (1999), Chervel (1990), e documentos que norteiam os trabalhos do ensino de língua estrangeira no país como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais).

Por fim, para melhor estruturar o presente trabalho, este se apresenta em tópicos, de maneira que os títulos estão assim dispostos: Introdução, Breve panorama sobre o ensino da Língua Inglesa no Brasil**;** A presença dos PCNs e da LDB no contexto brasileiro; O valor da Língua Inglesa nas séries iniciais, as Considerações Finais e as Referências.

Enfim, os desafios enfrentados no ensino da língua inglesa, nas escolas públicas são enormes. Porém, podem ser amenizados com a inclusão de políticas públicas voltadas especificamente para o complexo contexto atual inerente ao ensino de língua estrangeira no Brasil. Necessita-se levar em conta que o mundo tecnológico extrapola as salas de aula, de modo a impor aos cidadãos estudantes novas maneiras de saber e de viver, onde as informações são extremamente rápidas e dado o exposto, não se deve esperar tanto, para dar início à aprendizagem de um segundo idioma como acontece atualmente.

**BREVE PANORAMA SOBRE O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NO BRASIL**

No cenário educacional nacional, acompanha-se uma significativa quantidade de dados informativos acerca das disciplinas que ora estão sendo inseridas, ora re-inseridas e ora excluídas do currículo escolar, especialmente neste momento em que as escolas e professores estão vivendo um processo de ajuste a esta nova realidade gerada pelas recentes políticas públicas para a educação brasileira, impostas pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular), por exemplo.

A readequação destas disciplinas nos currículos é fruto dos interesses e necessidades da sociedade (CHERVEL, 1990). E, justamente, a partir da análise das matrizes curriculares que compreendem a seleção dos conteúdos considerados válidos e oportunos para atender os anseios da comunidade, e que compõem a cultura e os interesses sociais. Assim sendo:

O nascimento e a instauração de uma nova disciplina levaram alguns decênios por vezes séculos. [...] Pois a disciplina ainda que pareça imune por todos os lados; não é uma massa amorfa e inerte. Vê-se de repente florescerem os “novos” métodos, que dão testemunho de uma insatisfação, e dos quais o sucesso é também o questionamento, ao menos parcial, da tradução (CHERVEL, 1990, p. 35).

Na busca pela compreensão de como se compõe e como é formada uma disciplina - que neste caso, é a língua inglesa, exige-se a compreensão do processo de transformação do contexto sociopolítico, educacional, cultural e em especial o tecnológico, no qual este processo vem acontecendo.

Foi no ano de 1809, por meio do Decreto datado de 14/07/1809 que se criou uma Cadeira de Língua Inglesa e outra de Língua Francesa, sob o argumento que, o Príncipe Regente, determinava ao Brasil a implantação de Aulas Régias, também chamadas de línguas vivas[[3]](#footnote-3), cujo trecho tem o seguinte teor:

E sendo outrossim tão geral, e notoriamente conhecida a necessidade, e utilidade das línguas franceza e ingleza, como aquelas que entre as línguas vivas teem o mais distinto lugar, é de muito grande utilidade ao estado, para argumento, e prosperidade da instrução pública, que se crie nesta capital uma cadeira de língua franceza, e outra de ingleza. Era necessário criar nesta capital uma cadeira de língua ingleza, porque pela sua difusão e riqueza e o número de assuntos escritos nesta língua, a mesma convinha ao incremento e à prosperidade da instrução pública (OLIVEIRA, 1999 *apud* CHAVES, 2004, p.5).

Devido a relevância que as línguas vivas ganharam no Brasil, criou-se em 1837 (Decreto de 2 de dezembro de 1837) o primeiro colégio público: o Imperial Colégio Pedro II, estruturado nos moldes dos estatutos do Liceus Franceses, o qual constava como disciplina inserida no Programa de Ensino, a língua inglesa.

Cumpre informar que neste período o ensino de inglês e francês enfrenta um grave problema: a falta de uma metodologia apropriada. Nas palavras de Leffa: “[...] a metodologia para o ensino das chamadas línguas vivas era a mesma das línguas mortas: tradução de texto e análise gramatical” (LEFFA, 1999, p.3).

A função do ensino de inglês, então, baseava-se em preparar os alunos/estudantes a se comunicarem oralmente e por escrito. Para muitos estudiosos do tema, o ensino da Língua Inglesa no país não é eficaz devido a aplicação de métodos ultrapassados, porque “há inadequação entre o ensino de língua inglesa oficialmente oferecido no Brasil e as necessidades dos aprendizes vem se observando desde a sua implantação” (SANTOS, 2011, p. 01).

Para um melhor entendimento deste contexto, o debruçar-se sobre os fatos históricos sobre a evolução do ensino de língua inglesa no sistema educacional brasileiro seria de imprescindível valor, mas não se faz oportuno, neste momento, descrever todas as fases vividas por este idioma, pois ocorreram várias e sucessivas reformas.

Na atualidade, o ensino de língua inglesa no Brasil tem sido ofertado em vários contextos, entre eles, podem ser citados: a internet, na forma de ensino à distância (EAD), escolas públicas e particulares de Ensino Fundamental e Médio, Universidades, Faculdades e escolas de idiomas. A presença do inglês nestes ambientes educacionais se deve, especialmente, ao avanço tecnológico, que exige o conhecimento da língua inglesa para bem utilizar, ou ainda para ter acesso às informações em inglês, por meio dos aplicativos. Assim, tem ocupado um espaço de realce também na sociedade.

**A PRESENÇA DOS PCNs E DA LDB NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Os principais documentos utilizados como norte para reflexão e prática do ensino da Língua Inglesa são, ainda de alguma maneira, os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), elaborado pelo Ministério da Educação, em 1988, que visa a unidade e qualidade do ensino brasileiro. Mais recentemente, tem-se a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) que traz novas diretrizes para o ensino de línguas estrangeiras, bem como os referenciais curriculares para a educação no Brasil e, também, a LDB.

Os PCNs têm como proposta metodológica para o ensino de línguas, uma abordagem que priorize o conhecimento que o estudante traz consigo, por isso valoriza a relação sócio interacional, com ênfase na leitura. De acordo com os parâmetros:

a leitura atende (...) as necessidades da educação formal, e, por outro lado, é a habilidade que o aluno pode usar em seu próprio contexto social imediato. Além disso, a aprendizagem de leitura em LE pode ajudar o desenvolvimento integral do letramento do aluno (BRASIL, 1999, p. 10).

[...] apontar e desenvolver indicativos que pudessem oferecer alternativas didático-pedagógicas para a organização do trabalho pedagógico, a fim de atender às necessidades e às expectativas das escolas e dos professores na estruturação do currículo para o ensino médio (BRASIL, 1999, p. 8).

Como visto neste trecho dos PCNs, a aprendizagem da língua estrangeira, por meio da leitura, favorece o desenvolvimento amplo do letramento do estudante. E, ainda se preocupa em priorizar a elaboração de orientações gerais, sem deixar de levar em conta as demais disciplinas da matriz curricular, sob a orientação específica que exige cada um destes componentes curriculares.

Neste sentido, também estão as leis de diretrizes e bases, como documentos norteadores para o ensino de língua estrangeira no Brasil.

O Artigo 26, §5º, da Lei de Diretrizes e Bases, 9.394, de 1996, por meio da Medida Provisória 746, de 2016 para o Ensino Fundamental, escolas integrais, no Artigo 26, §5º, da Lei 13.415 de 2017, determina a obrigatoriedade para o ensino de Língua Inglesa para o ensino fundamental e médio, conforme exposto abaixo:

**§ 5 º** No currículo do ensino fundamental, será ofertada a língua inglesa a partir do sexto ano (Redação dada pela Medida Provisória nº 746, de 2016).

**§ 4º** Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017).

**§ 5º** No currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa (BRASIL, 2017).

Com a publicação desta lei, pode-se extrair duas reflexões importantes que impacta diretamente o ensino de língua inglesa. Uma diz respeito a obrigatoriedade do ensino deste idioma, ainda que a partir do 6º ano do Ensino Fundamental. Pois até então, a escolha desse idioma ficava para as instituições escolares de o incluir ou não na grade curricular.

Era permitido a elas escolherem outro idioma caso julgassem melhor para a instituição. Dessa forma, a Língua Inglesa ora entrava no currículo, ora não. Assim, ao publicar esta lei coloca-se um ponto final nesta situação, quando é instituído o ensino dessa língua estrangeira como obrigatória. Essa conjuntura configura então, um ponto a favor do ensino de Língua Inglesa na rede pública da educação brasileira.

O outro aspecto importante que merece atenção é o caso de esta Lei não ter se ocupado de regulamentar o ensino de Língua Inglesa para as séries iniciais do Ensino Fundamental. Com isso, acaba por trazer à tona questionamentos relevantes sobre a aquisição de línguas, em especial a inglesa, no momento inicial dos estudos, especificamente nas séries iniciais.

O que está estabelecido e regulamentado é um ensino a partir do 6º ano do Ensino Fundamental e não a partir da Alfabetização, fase em que a criança está predisposta a aprendizagem, tem curiosidade e não se preocupa com erros cometidos, ainda, é o momento em que os recursos lúdicos, tão favoráveis à aprendizagem, são mais utilizados. Neste sentido, esta lei deixou de contemplar aspectos importantíssimos adequados à aprendizagem de línguas que ocorre exatamente no período da alfabetização.

Da mesma forma, os principais documentos, como apresentado acima, a LDB e PCNs, que orientam a educação brasileira, sequer recomendam a implantação da língua inglesa nas séries iniciais do Ensino Fundamental. No tópico seguinte, serão discutidos enfoques relevantes da aprendizagem de um segundo idioma nas séries iniciais.

**O VALOR DA LÍNGUA INGLESA NAS SÉRIES INICIAIS**

Sobre a inserção da Língua Inglesa na matriz curricular das séries iniciais, há um consenso entre educadores e inúmeros pesquisadores de que quanto antes começar a ensinar este idioma maior será o aprendizado dele, pois dos quatro aos dez anos, o cérebro tem mais plasticidade e a aprendizagem ocorre mais facilmente.

Alguns ainda comentam que o tempo ideal para se adquirir uma língua é dos três aos quinze anos de idade. O correto é que a recomendação para o ensino de idiomas é a de que seja iniciado o quando antes, ainda criança. A exposição a qualquer idioma por um tempo maior passa a favorecer o aprendizado da língua inglesa.

ConformeBARROS (2016):

Todo ser humano nasce com o cérebro pronto para aprender línguas. Esta habilidade é mais aguçada entre os dois e cinco anos de idade e, conforme os anos vão passando, a capacidade de aprender novos idiomas com facilidade vai se perdendo. Se o cérebro é estimulado a aprender novas línguas nos primeiros anos, ele responde imediatamente ao estímulo, e vemos o aprendizado de idiomas em crianças acontecer de maneira rápida e extremamente eficiente. E o mais importante: sem que a criança tenha tido dificuldades durante o processo (BARROS, 2016, p. 01).

Neste trecho da fala de Barros (2016), torna-se claro que a infância é o período mais apropriado para se aprender uma língua estrangeira. A criança tem um potencial que por vezes passa sem que seja percebido, vai se perdendo.

Além disso, se o cérebro da criança for estimulado, pelo fato de ter muita curiosidade e ter maior predisposição a aprendizagem do que um adulto ou mesmo um jovem, ela responderá imediatamente a estes estímulos e o aprendizado de idiomas em crianças vai acontecer mais rapidamente.

Por ser um período em que a educação oferecida contempla atividades lúdicas, na infância elas aprendem sem ter medo de cometer erros e possuem maior facilidade de integrar-se com os demais, permitindo, assim, aprender de forma natural, da mesma forma como ocorre na aquisição da língua materna.

Neste aspecto, o ensino da Língua Inglesa nas séries iniciais é como um enorme prédio que não é possível ser levantado sem antes construir seu alicerce. Não se constrói uma habitação de muitos andares a partir do sexto piso, por exemplo. A parte inicial de qualquer obra é o alicerce.

Entendida assim, como uma construção, nota-se que é no período da alfabetização, que o ensino-aprendizagem da língua inglesa precisa ocorrer, quando ainda na infância, ao dar os primeiros passos da sua vida acadêmica, quando a criança está sendo alfabetizada. No período destes primeiros contatos com a educação escolar é que se desenvolverá o alicerce da construção do conhecimento do indivíduo na coletividade.

Dessa maneira, o fato de a oferta desse idioma ser iniciada somente a partir do sexto ano do Ensino Fundamental, nota-se uma perda considerável de um tempo valioso de exposição a este idioma. É um momento simplesmente negligenciado e que configura em fases importantes da aprendizagem da criança totalmente ignoradas. Essa atitude tem afetado de forma desfavorável, o ensino da língua inglesa nas escolas públicas no contexto brasileiro, pois sua oferta inicia-se somente no Ensino Fundamental II e não no período da alfabetização.

Para finalizar a discussão deste tópico, vale apresentar outro enfoque sobre a relevância de se aprender uma língua estrangeira quanto ao desenvolvimento cognitivo do estudante.

Não são novos os estudos que procuram averiguar a importância do ensino de um segundo idioma sobre a mente humana. A revista Galileu apresenta o efeito da realização de pesquisas em vários lugares, que confirmam que, além do saber obtido por meio de uma língua e sua cultura, os benefícios de estudar línguas estrangeiras tem relação com o incremento do conhecimento, agilidades de tomar decisões de forma mais rápida e, ainda, contribui para adiar algumas enfermidades, como o Alzheimer, por exemplo.

Embora existem alertas de que tais pesquisas necessitam continuar, com a finalidade de maiores percepções e clareza sobre as implicações destes estudos, segundo consta no fragmento a seguir: “Further studies are needed to try to confirm these findings and determine whether the protection is limited to thinking skills related to language or if it also extends beyond that and benefit so the áreas of cognition,” said Perquin (Science Daily, 2011, p.01), o que se percebe, até o momento, é que aprender uma língua estrangeira é preponderante para alargar, especialmente, a mente humana.

Foi publicado pela Revista Galileu um desses estudos relacionados ao aspecto cognitivo, ocorrido em Luxemburgo, conforme a seguir:

Um [estudo](https://www.sciencedaily.com/releases/2011/02/110222162304.htm) publicado em 2011 pela Academia Americana de Neurologia mostrou que aprender novos idiomas ajuda a “proteger” nossas memórias, mesmo depois de dultos. Entre os voluntários do estudo, os pesquisadores descobriram que falantes de quatro ou mais idiomas tinham cinco vezes menos chance de desenvolver problemas cognitivos em comparação com quem falava dois idiomas; para os que falavam três línguas, a chance era três vezes menor. Os resultados consideraram a idade e escolaridade dos participantes (REVISTA GALILEU, dezembro, 2016).

O estudo esclarece que falar diversos idiomas diminui as chances de o ser humano enfrentar dificuldades cognitivas. Pois quanto maior for o número de idiomas que se aprende, melhores resultados o cérebro desempenhará. Assim, mesmo que o ensino de Língua Inglesa nas redes públicas de ensino não atinja um patamar desejável de competência, a exposição a ele, acrescenta aos aspectos cognitivos, de forma que influencia positivamente na aprendizagem das demais matérias escolares e, mais especificamente, em português, por apresentar estruturas gramaticais análogas.

Em outras palavras, ao expandir-se a memória, aumenta-se o poder de atenção, abstração, de saber escolher entre o que é correto e o que é equivocado e retenção dos assuntos ou temas das demais matérias escolares. Além disso dispensa proteção e saúde mental.

Por essa razão, é de muita valia que o ensino da língua inglesa ocorra na fase da alfabetização, ainda na infância. Pois quanto mais se expõe à uma língua estrangeira, maior benefício terá o desenvolvimento mental e intelectual destas crianças no futuro.

Dado o exposto, tornam-se evidentes as vantagens de aprender uma segunda língua, de modo que não há como negar o valor de incluir essa disciplina a partir das séries iniciais das redes públicas de ensino desde a alfabetização, para que a aquisição desse idioma aconteça de forma natural e integral ao estudante.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A reflexão proposta aqui levanta questões importantes sobre o ensino de Língua Inglesa nas séries iniciais, nas escolas da rede pública brasileira, onde o ensino desse idioma só ocorre a partir do sexto ano do Ensino Fundamental.

Os desafios são inúmeros, principalmente quando se refere ao ensino de inglês. Uma vez que é notório a falta de profissionais habilitados; as salas de aulas, em sua maioria, são superlotadas, faltam materiais didáticos e tecnológicos, dentre outros, em muitas escolas públicas. Contudo, não se pode negligenciar o ensino da língua inglesa nas séries iniciais.

O período da alfabetização configura uma possibilidade real de aprendizagem às crianças, que certamente quando adultas usufruirão das vantagens e dos benefícios obtidos por ter recebido, no momento certo, o ensino para a aprendizagem de uma língua estrangeira. Deixar passar esta fase sem a oferta de um segundo idioma, torna-se um prejuízo para o cidadão e, consequentemente, para a sociedade.

A Lei 13.415/2017 que altera a Lei 9.394/1996 instituiu o ensino da Língua Inglesa como obrigatório, a partir do sexto ano do Ensino Fundamental II. Essa atitude é favorável ao ensino, porém exclui as séries iniciais e, além disso, faltam recursos e profissionais com competência linguística para ministrarem esse componente curricular.

Enfim, para que tais problemas sejam amenizados, Políticas Públicas devem ser criadas especificamente para o ensino de língua inglesa, levando-se em conta os desafios que envolvem todo o contexto do ensino-aprendizagem dessa Disciplina.

**REFERÊNCIAS**

BARROS, Sylvia H. P. de Moraes. **Por que aprender inglês na infância é tão importante?** Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2016/12/16/por-que-aprender-ingles-na-infancia-e-tao-importante/> > Acesso em 14 out 2019.

Brasil. PCNs. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf>.>. Acesso em: 10 out. 2019.

\_\_\_\_\_\_.LDB. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases**, 1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 14 out. 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Casa Civil. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. (Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016). Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>>. Acesso em: 14 out. 2019.

CHERVEL, A. **A história das disciplinas escolares:** reflexões sobre um campo de pesquisa. In: *Teoria e Educação*. 2. ed. Porto Alegre: Pannonica, 1990.

LEFFA, Vilson J. **Metodologia do ensino de línguas**: O ensino de línguas estrangeiras. Florianópolis: UFSC, 1999.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Menezes. **A historiografia brasileira da literatura inglesa:** uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951). 1999. Dissertação (Mestrado em Teoria literária). Instituo de Estudo da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/tese19.html>.>Acesso em: 14 out. 2017.

SANTOS, Eliana Santos de Souza. **O ensino da língua inglesa no brasil**. Babel: Revista Eletrônica de Línguas Estrangeiras n. 01, dezembro de 2011.

5 razões científicas para aprender outro idioma. **Revista Galileu online*.*** Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/12/5-razoes-cientificas-para-aprender-outro-idioma.html>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

1. 1 Docente no Ensino Fundamental e Médio, nas redes estaduais de ensino de Mato Grosso e Goiás, Brasil. Mestranda em Ciência da Educação. E-mail: [elizabeth.ane@hotmail.com](mailto:elizabeth.ane@hotmail.com). [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Interamericana – PY (2020), Mestre em Letras pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ (2018), Pós-graduação lato sensu em Língua Portuguesa pelo Liceu Literário Português (2007), Pós-graduação lato sensu em Ciências da Educação pela Faculdade de Ciências e Educação do Espírito Santo – UNIVES (2019), aperfeiçoamento em Ensino de Língua Portuguesa/Literatura CEDERJ (2012) e em Tecnologia Assistiva, Projetos e Acessibilidade: Promovendo a Inclusão pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP (2010) e graduação em Português/Inglês pela Fundação Educacional Unificada Campo-grandense (2005). Atualmente, é professora regente de Língua Portuguesa e Literatura no Colégio Pedro II – CPII/RJ. E-mail: jubehrends@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)
3. Vivas, pois eram consideradas úteis à civilização naquele momento, e em oposição às línguas ‘mortas’ não mais comumente utilizadas (Latim e Grego). [↑](#footnote-ref-3)